

PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO – ADA PELLEGRINI GRINOVER.....	9
NOTA DO AUTOR À 3.ª EDIÇÃO	11
NOTA DO AUTOR À 2.ª EDIÇÃO	13
NOTA DO AUTOR À 1.ª EDIÇÃO	15
INTRODUÇÃO	25

PARTE I

O FENÔMENO DAS TRANSFORMAÇÕES SOB A PERSPECTIVA
COLETIVA: PREMISSAS PARA A EFETIVIDADE
DO PROCESSO COLETIVO

1. AS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO E A MULTIPLICAÇÃO DOS DIREITOS.....	27
2. ALTERAÇÃO ESTRUTURAL DA SOCIEDADE – Os corpos intermediários e a evidenciação dos interesses/direitos difusos.....	37
3. A TUTELA DOS INTERESSES METAINDIVIDUAIS – Sistematização de conceitos	45
3.1 Direito ou interesse?	47
3.1.1 A doutrina clássica	47
3.1.2 Superação da doutrina clássica (do interesse simples ao direito subjetivo transindividual)	48
3.1.2.1 Interesse simples <i>versus</i> interesse legítimo.....	49
3.1.2.2 Interesse legítimo <i>versus</i> interesse difuso.....	52
3.1.2.3 Utilidade da distinção do binômio interesse-direito	53
3.2 Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	55
3.2.1 Dicotomia ou classificação tricotômica?	55
3.2.1.1 Dicotomia pura	56
3.2.1.2 Dicotomia mitigada	58
3.2.1.3 Sistema tricotômico	61

3.3	Modelos de sistematização dos interesses transindividuais	64
3.3.1	A influência do direito italiano	64
3.3.2	Quadro comparativo dos interesses/direitos metaindividuais	67
3.4	Análise interativa dos interesses transindividuais	68
3.4.1	Transindividualidade	69
3.4.2	Indeterminação dos sujeitos	70
3.4.3	O modo de agregação dos sujeitos	70
3.4.4	Indivisibilidade do objeto	72
3.4.5	Indisponibilidade <i>versus</i> transação: o compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais	74
3.4.5.1	A transação e seus parâmetros: análise dos bens difusos	75
3.4.5.2	Algumas súmulas do Conselho Superior do Ministério Público Paulista relacionadas ao compromisso de ajustamento de conduta	82
3.4.5.3	Interesses coletivos e individuais homogêneos: abrangência da indisponibilidade e da transação	85
3.4.6	Alta conflituosidade	87
3.5	A preferência e vantagens da tutela jurisdicional coletiva	90
3.6	A identificação dos interesses metaindividuais	93
3.6.1	Alguns parâmetros	93
3.6.2	O posicionamento da doutrina	95
3.6.2.1	Interesses difusos	95
3.6.2.1.1	O caso particular da proteção do erário público	96
3.6.2.1.2	A legitimidade passiva em caso de transferência de propriedade rural já desmatada em razão da natureza jurídica do bem protegido	100
3.6.2.2	Interesses coletivos <i>stricto sensu</i>	101
3.6.2.3	Interesses individuais homogêneos	102
3.6.2.4	Comentários	103
3.6.3	O posicionamento da jurisprudência	105
3.6.3.1	Supremo Tribunal Federal	105
3.6.3.2	Superior Tribunal de Justiça	109
4.	TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO	114
4.1	Linhas evolutivas do direito processual	114

4.2 A relativização do binômio direito-processo como meio de acesso à ordem jurídica justa e os escopos processuais	119
4.3 Os aspectos negativo e positivo da perspectiva instrumentalista do processo	123
4.4 O instrumentalismo e a sedimentação da teoria geral do processo e dos estudos constitucionais: a perspectiva publicista	125
4.5 Linhas gerais de transformação da ciência processual	128

PARTE II

EFETIVIDADE DO PROCESSO COLETIVO

1. ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA: IDENTIFICAÇÃO E SUPERACÃO DOS OBSTÁCULOS – “Ondas renovatórias” e “pontos sensíveis”	131
2. A TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA ANTES DA LEI 7.347/85	141
2.1 Aspectos gerais	141
2.2 O PL 3.034 e o PL 4.984/85 (n. 20/85 no Senado Federal)	147
2.3 Ação civil pública ou ação coletiva?	149
3. ADMISSÃO AO PROCESSO (INGRESSO EM JUÍZO) – Legitimação para agir em sede de interesses transindividuais	155
3.1 Aspectos introdutórios	155
3.2 A influência das <i>class actions</i> do direito norte-americano	157
3.3 Os legitimados ativos para a propositura das ações coletivas	165
3.3.1 Legitimação concorrente e disjuntiva	165
3.3.2 Natureza jurídica da legitimação concorrente e disjuntiva: legitimação ordinária, extraordinária ou <i>tertium genus</i> ?	168
3.3.2.1 Noções conceituais sobre os institutos da legitimação ordinária e extraordinária	169
3.3.2.2 A descrição sistemática da legitimação extraordinária proposta por Barbosa Moreira	172
3.3.2.3 A legitimação para agir nas ações coletivas: o entendimento da doutrina e a tomada de posição	173
3.4 O reflexo da previsão de novos legitimados ativos na propositura das ações coletivas: o ideal de uma sociedade civil mais bem organizada e participativa foi atingido?	180
3.4.1 Expectativa frustrada	180
3.4.2 Possíveis razões da concentração da propositura das ações civis públicas no Ministério Público	183
3.4.3 O retrocesso e a inconstitucionalidade do art. 2.º-A da Lei 9.494/97	185

3.5	O controle judicial sobre a “representatividade adequada” no direito brasileiro	186
3.6	Legitimação passiva da classe?	191
3.6.1	Colocação do problema	191
3.6.2	A <i>defendant class action</i> do direito brasileiro	193
3.6.3	A <i>defendant class action</i> no Projeto de Código Modelo de Processos Coletivos para Ibero-América	198
3.7	A legitimação ativa do Ministério Público para a proteção dos interesses transindividuais	200
3.7.1	Colocação do problema	200
3.7.2	Interesses difusos	200
3.7.3	Interesses coletivos <i>stricto sensu</i> e individuais homogêneos	201
3.7.4	Interesses individuais homogêneos X interesses individuais indisponíveis à luz da jurisprudência do STJ e a legitimação ativa do MP	205
3.7.5	O caso particular do questionamento de tributos por meio de ação civil pública e a distinção em relação à tarifa de transporte público coletivo	206
3.8	A legitimação da Defensoria Pública (Lei 11.448/2007)	207
4.	MODO-DE-SER DO PROCESSO – Coisa julgada coletiva	209
4.1	Aspectos introdutórios e conceituais	209
4.1.1	A autoridade da coisa julgada e os efeitos da sentença segundo Liebman	211
4.1.2	Fundamento e autoridade da coisa julgada	213
4.1.3	Coisa julgada formal e coisa julgada material (substancial)	216
4.1.4	Limites subjetivos e objetivos da coisa julgada segundo a perspectiva clássica	217
4.2	A coisa julgada nas <i>class actions</i> do direito norte-americano: a regra 23 das <i>Federal Rules</i> de 1966	219
4.2.1	Regras gerais	219
4.2.2	<i>Mandatory class actions</i> – Interesses difusos e coletivos <i>stricto sensu</i>	220
4.2.3	<i>Not mandatory class actions</i> – Interesses individuais homogêneos	221
4.3	A coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> do direito brasileiro: os limites subjetivos e a ampliação do objeto do processo coletivo por meio do transporte <i>in utilibus</i> às ações individuais	224

4.3.1	A abrangência das regras do art. 103 do CDC.....	225
4.3.2	Interesses difusos e coletivos <i>stricto sensu</i>	227
4.3.3	Interesses individuais homogêneos.....	231
4.3.4	O transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada às ações individuais	236
4.3.5	A concomitância de ações coletivas e individuais.....	240
4.3.5.1	A íntima correlação entre os arts. 81 e 103 do CDC.....	241
4.3.5.2	A concomitância de ações coletivas para proteção de interesses difusos ou coletivos <i>stricto sensu</i> e as ações individuais.....	242
4.3.5.3	A concomitância de ações coletivas para proteção de interesses individuais homogêneos e as ações individuais.....	244
4.3.5.3.1	Aspectos doutrinários	244
4.3.5.3.2	O posicionamento da jurisprudência	249
4.3.6	Quadros sinópticos	250
4.3.6.1	Primeira hipótese: procedência da ação coletiva	251
4.3.6.2	Segunda hipótese: improcedência da ação coletiva por insuficiência de provas.....	252
4.3.6.3	Terceira hipótese: improcedência da ação coletiva após produção probatória suficiente	253
4.3.7	Críticas lançadas pela doutrina em relação ao regime da coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> e os argumentos favoráveis de acordo com a realidade brasileira.....	254
4.3.7.1	Desequilíbrio entre as partes e excessivo ônus ao réu.....	255
4.3.7.2	Risco de coisas julgadas contraditórias / frustração de uniformização das decisões nas ações coletivas.....	259
4.4	A coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> do direito brasileiro e a Lei 9.494/97	260
4.4.1	Aspectos introdutórios.....	260
4.4.2	A alteração do art. 16 da LACP pela Lei 9.494/97	264
4.4.2.1	O conflito prático da regra pretendida pela Lei 9.494/97	265
4.4.2.2	A inoperância e inconstitucionalidade da nova regra do art. 16 da LACP	269

4.4.3	O art. 2.º-A acrescentado à Lei 9.494/97 pela MP 2.180-35/2001	274
4.5	Improcedência por insuficiência de provas: coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> ?	278
5.	MODO-DE-SER DO PROCESSO – Outros aspectos processuais	285
5.1	Explicitação	285
5.2	Objeto – Ação civil pública e controle de constitucionalidade das leis	285
5.3	Competência na ação civil pública: dano de âmbito local, regional e nacional – art. 93 do CDC	287
5.3.1	Competência da justiça estadual ou federal?	287
5.3.2	Dano de âmbito local, regional e nacional	288
5.3.3	A jurisprudência do STJ	292
5.3.4	Perspectivas legislativas	294
5.3.4.1	Código Modelo de Processo Coletivo para Ibero-América	294
5.3.4.2	Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos (IBDP)	295
5.3.4.3	Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos (UERJ/Unesa)	296
5.3.4.4	PEC Paralela do Judiciário	296
5.3.5	Conclusão	298
5.4	Competência: a inconstitucionalidade das regras trazidas pela Lei 10.628/2002	299
6.	JUSTIÇA DAS DECISÕES – O novo papel da magistratura na sociedade de massa	301
6.1	A superação da figura do “magistrado estátua”	301
6.2	A organização adequada da Justiça diante das particularidades do processo coletivo	311
6.2.1	A seleção e o recrutamento dos magistrados	311
6.2.2	Aprimoramento dos magistrados: o relevante papel desempenhado pelas Escolas da Magistratura e Associações de Magistrados	313
6.2.3	A necessidade de se garantir condições de trabalho adequadas	318
7.	UTILIDADE DAS DECISÕES – Efetividade do processo coletivo na tutela jurisdicional específica das obrigações de fazer e não fazer	324

7.1	Premissas metodológicas: a tutela jurisdicional diferenciada e a utilidade das decisões	324
7.2	A classificação trinária das sentenças enquanto pressuposto para a efetividade do processo coletivo (nova perspectiva à luz da Lei 11.232/2005).....	333
7.2.1	A classificação trinária das sentenças de acordo com a doutrina tradicional (análise antes da Lei 11.232/2005)	333
7.2.2	A classificação quinária das sentenças: alocação dos provimentos executivos <i>lato sensu</i> e mandamentais em gorias autônomas (solução encontrada antes da Lei 11.232/2005)	336
7.2.2.1	Do provimento executivo <i>lato sensu</i>	340
7.2.2.2	Do provimento mandamental.....	341
7.2.3	O fortalecimento da classificação trinária das sentenças em razão do estabelecimento da fase de cumprimento das sentenças no processo de conhecimento pela Lei 11.232/2005.....	346
7.3	As fontes inspiradoras para a tutela específica do art. 84 do CDC	348
7.4	A primazia da tutela específica sobre qualquer outra	355
7.5	Meios imperativos para a tutela específica das obrigações de fazer e não fazer: medidas coercitivas e de “apoio” (meios sub-rogatórios)	361
7.5.1	Medidas coercitivas.....	362
7.5.2	“Medidas de apoio”: meios sub-rogatórios que levam ao resultado prático equivalente ao adimplemento.....	365
7.6	Tutela específica e colisão de direitos: a problemática dos interesses difusos	366
	CONCLUSÕES.....	375
	BIBLIOGRAFIA	379
	a) Livros.....	379
	b) Periódicos.....	397
	c) Sites da internet.....	419
	ANEXO.....	421